



ACÓRDÃO Nº944/ 2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11624/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundo Municipal de Saúde de Barreirinha
- 4- **Exercício:** 2015
- 5- **Responsáveis:** JOSE MARIO TRINDADE CARNEIRO (Ordenador de Despesa)
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5995/2016-DMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Administração Indireta dos Municípios do Interior. Fundo Municipal de Saúde de Barreirinha. Exercício de 2015.

Regularidade com ressalvas. Multa. Recomendação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em divergência com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Sr. Jose Mario Trindade Carneiro, responsável pelo Fundo Municipal de Saúde de Barreirinha, exercício de 2015, nos termos do art. 1º, II, 22, II, e 24 da Lei 2423/1996 e art. 188, § 1º, II, e 189, II, da Resolução 04/2002 – TCE/AM;
- 9.2. **Aplicar Multa** ao Sr. Jose Mario Trindade Carneiro, no valor de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), nos termos do parágrafo único, do art. 53, da Lei nº 2423/1996, valor atualizado pela Resolução nº 25 de 30/8/2012, em razão das **restrições nº 2, 5, 6, 7**, consideradas não sanadas pela Relatoria, que deve ser recolhido na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, no prazo de 30 dias;
- 9.3. **Recomendar** ao Fundo Municipal de Saúde de Barreirinha que proceda ao planejamento adequado das compras e serviços de mesma natureza de uma só vez, evitando o uso de modalidade licitatória indevida, considerando os valores globais para o mesmo exercício, de modo a evitar a fragmentação de despesa, conforme os arts. 2º, 23, 24, 25 e 26



ACÓRDÃO Nº944/ 2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

da Lei nº 8666/93.

Vencidos: o Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, com voto-destaque divergente, e o Conselheiro Julio Cabral, que o acompanhou.

10- Ata: 41ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 29 de Novembro de 2016

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral